

---

## Representações sociais sobre a inclusão social dos jovens angolanos residentes em Luanda

*Social representations about the social inclusion of young Angolans living in Luanda*

Aníbal J. R. Simões

---

**Edição electrónica**

URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/383>

DOI: 10.4000/mulemba.383

ISSN: 2520-0305

**Editora**

Edições Pedagogo

**Edição impressa**

Data de publicação: 1 maio 2015

Paginação: 129-160

ISSN: 2182-6471

**Refêrencia eletrónica**

Aníbal J. R. Simões, «Representações sociais sobre a inclusão social dos jovens angolanos residentes em Luanda», *Mulemba* [Online], 5 (9) | 2015, posto online no dia 28 novembro 2016, consultado o 26 janeiro 2021. URL: <http://journals.openedition.org/mulemba/383> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/mulemba.383>

---

Este documento foi criado de forma automática no dia 26 janeiro 2021.

Tous droits réservés

---

# Representações sociais sobre a inclusão social dos jovens angolanos residentes em Luanda

*Social representations about the social inclusion of young Angolans living in Luanda*

Aníbal J. R. Simões

---

## NOTA DO EDITOR

Recepção do manuscrito: 29/03/2015

Conclusão da revisão: 25/04/2015

Aceite para publicação: 30/04/2015

## Introdução

- 1 A ideia de que à exclusão social são inerentes constrangimentos de vária ordem, tal como a pobreza, a desigualdade social e o desemprego, apenas para citar alguns, está presente em muitos autores. Para Giddens (2005), por exemplo, a exclusão social abrange o plano económico, social e político. Dito de outro modo, a exclusão social apresenta-se como um triângulo em cujo centro se encontram as práticas sociais e os processos políticos, que se ligam, pela dinâmica a ela inerente, aos seus lados matizados pela privação da educação, dos serviços públicos e, sobretudo, pela falta de emprego.
- 2 É evidente que, neste mundo globalizado, nenhuma sociedade está isenta disso. Contudo, há que assinalar que a exclusão social assume proporções mais alarmantes nos países africanos, do qual fazemos parte, por razões históricas, culturais e económicas sobejamente conhecidas.

- 3 A ter em conta estas questões, deparamo-nos com a necessidade, nem sempre imediatamente concretizável, de se praticar a inclusão social. Espera-se, pois, desta constatação, um crescendo na abordagem política e psicossocial para uma maior compreensão dos factos a si ligados; espera-se, igualmente, uma acção investigativa capaz de aportar conhecimentos sobre a melhor forma de envolver as pessoas, em particular, a comunidade e a sociedade, em geral, neste processo.
- 4 A inclusão social constituiu, assim, um processo onde o exercício de cidadania tem de se articular forçosamente com os benefícios oferecidos pela sociedade (saúde, educação, habitação, etc.). Esta posição aponta, portanto, para uma concepção participativa no plano político e associativo.
- 5 Um olhar de síntese sobre esta questão, leva-nos a concluir que a inclusão social encontra a chave para sua compreensão nas políticas públicas. Mas deve ter-se em conta que as políticas públicas são insuficientes se não se tiver em conta o papel dos seus beneficiários. Nesta conformidade, torna-se importante considerar o que se designa por empoderamento (*empowerment*). É um conceito que postula que as pessoas, para além beneficiarem das políticas e práticas sociais a elas destinadas, também devem contribuir — participando — para o desenvolvimento do referido processo através do monitoramento e avaliação das políticas, dos serviços e dos programas implementados (FRIEDMANN 1996; IORIO 2002).
- 6 Ora, se observarmos a complexidade que envolve a inclusão social, podemos verificar que existe um elemento-chave neste processo, ou seja, o homem. Vale a pena, por forma a complementar esta questão, referir mais uma vez Friedmann (1996), em torno do modo como tipifica o empoderamento.
- 7 Especificamente, referimo-nos ao que ele designou por empoderamento psicológico (*psychological empowerment*) que apela à consciencialização das pessoas no que concerne ao seu desenvolvimento pessoal e à sua autonomia individual. É precisamente aqui onde as representações sociais podem desempenhar o seu papel, uma vez que elas não são uma cópia passiva da realidade, mas, pelo contrário, são imagens, com carácter activo, que actuam na vida social (JODELET 2001).
- 8 Realmente, se o empoderamento tem relação com a capacidade do indivíduo para tomar decisões, então, as representações sociais podem exercer uma grande influência nas atitudes e comportamentos das pessoas aquando do exercício da cidadania (ATKINSON, ATKINSON e SMITH 2002; MOREIRA e OLIVEIRA 1998).
- 9 Pretende-se, com este artigo, contribuir para discussão da inclusão social numa perspectiva psicossociológica no âmbito das representações sociais, entendidas como conhecimento em «primeira-mão» (MOSCOVICI e HEWSTONE 1984).
- 10 Centrado nas representações de alguns jovens da cidade de Luanda que beneficiaram, ou não, dos programas de inclusão social em curso, partimos do pressuposto de que as representações sociais permitem e favorecem o desenvolvimento da consciência e autonomia individuais, imprescindíveis no exercício da cidadania.
- 11 Os resultados apresentados e discutidos fazem parte de um estudo com um carácter descritivo de pendor qualitativo. O seu objectivo foi o de identificar as representações sociais sobre a inclusão social de jovens angolanos residentes na cidade de Luanda, tomando em consideração as dinâmicas sociais, culturais e económicas inerentes a este país. Os referidos objectivos centraram-se em aspectos como a noção que os participantes possuem sobre a inclusão social, o modo como avaliam os programas de

inclusão social, a forma como lhes chega a informação sobre os referidos programas e o facto de terem beneficiado, ou não, dos mesmos.

- 12 Baseando-nos na amostragem teórica e na amostra por contraste-aprofundamento, pudemos comparar as representações de dois grupos de jovens: os que beneficiaram de algum programa de inclusão social (habitação ou outro) e os que não beneficiaram de nenhum programa.
- 13 As entrevistas, depois de transcritas, foram submetidas à análise de conteúdo temático e categorial, com o recurso ao *software* Nvivo 10. Tendo em conta o facto de se tratar de um estudo exploratório, os resultados, para além de serem encarados com certa cautela, devem ser considerados provisórios, constituindo, como tal, ponto de partida para estudos subsequentes mais aprofundados, que não excluem a abordagem quantitativa.
- 14 Neste estudo, centramos a nossa atenção em duas questões: quais são as representações sociais de alguns jovens angolanos residentes na cidade de Luanda, considerando as dinâmicas sociais e culturais deste país? De que forma essas representações influenciam as suas posições e atitudes face ao processo de inclusão social em curso em Angola?

## Inclusão social e transculturalidade

- 15 A inclusão social é, hoje em dia, uma categoria recorrente ao nível das ciências sociais e humanas. Isto explica-se pelo facto de ela estar relacionada com a construção da cidadania e a participação social. Lógico que tenha, por isso, um grande interesse por estarmos numa fase em que mais se discute o direito à igualdade, à diferença e outros aspectos como a cultura e a identidade no plano das políticas de inclusão (BURITY 2006; BUVINIĆ 2005; JOACHIM 2008).
- 16 Para Wixey, Jones, Lucas e Aldridge (2005), a inclusão é um processo complexo em que se atribui valor às pessoas e às comunidades, sem se importar com características etárias, étnicas, religiosas ou de género de cada um.
- 17 Ainda segundo os mesmos autores, a inclusão social exige, de um lado, a presença de estruturas capazes de favorecerem as opções de cada um. Do outro lado, a necessidade de cada sujeito estar próximo dos órgãos e processos de decisão que, de uma forma ou outra, influenciam a sua vida. Finalmente, a possibilidade de cada um dispôr das oportunidades e dos bens que a sociedade oferece para a sua participação efectiva na vida da sociedade (WIXEY *et al.*, 2005).
- 18 Compreende-se assim que, se quisermos fazer uma síntese, a inclusão assenta em três eixos fundamentais: as estruturas, os processos de decisão, os recursos e as oportunidades. São estes elementos que, efectivados, permitem às pessoas participar na vida da sociedade.
- 19 O ponto de vista de Lacau (2006) ainda que, em parte, esteja de acordo com o anterior, acrescenta que a inclusão social pressupõe, a quem de direito, estar atento às acções e reacções das pessoas que mostram o seu desgrado face a algo que vai mal. Mas, acrescenta ele, para ser efectiva, é necessário dar a devida ênfase à gestão de projectos e de programas.
- 20 Em poucas palavras, estamos diante de um processo em que o papel das políticas públicas é determinante.

- 21 A revisão da literatura mostra-nos que a definição de inclusão social anda sempre de mãos dadas com a problemática das políticas sociais.
- 22 Para Sheppard (2006), por exemplo, a inclusão social resume-se no que ele designa por cidadania social. Esta noção aponta para uma concepção segundo a qual os cidadãos devem ter condições, que devem ser criadas, para a promoção do seu bem-estar. Ou seja, a inclusão social estaria assim ligada à estabilidade social, que não é possível sem a cidadania social.

## Factores da inclusão social

- 23 A inclusão social não se cinge apenas às definições supracitadas; muito pelo contrário, as mesmas têm servido de base para a concepção de projectos e programas.
- 24 Todos os pontos de vista para a identificação dos factores da inclusão social, convergem numa única ideia geral. Esta postula que a inclusão social, por se relacionar com a políticas públicas é, na sua essência, um problema de cada Estado (HESPANHA, RODRIGUES e GRILO 2007; KOWARICK 2003; RODRIGUES 1995; WILSON 1987).
- 25 Os factores de inclusão social são igualmente abordados por vários autores. Tais abordagens, embora difiram entre si em muitos aspectos de cariz político e filosófico, coincidem na ideia de que a participação das pessoas é o elemento-chave para o êxito de qualquer programa de inclusão social.
- 26 Relativamente aos factores temos, de um lado, as abordagens que tipificam os valores, o papel das estruturas e instituições sociais e a participação dos beneficiários (WIXEY *et al.*, 2005). Do outro lado, temos as abordagens mais voltadas para o desenvolvimento humano. A ênfase destas abordagens é colocada na promoção do desenvolvimento. Sublinham-se, nelas, aspectos como o mercado de trabalho, a educação e formação do indivíduo na lógica do empreendedorismo (HANSEMARK 1998; HYTTI, COTTON e GORMSAN 2004; HENRY, HILL e LEITCH 2003; JAMIESON 1998).
- 27 O ponto de partida para esta concepção é de que o emprego, aliado ao empreendedorismo é a chave para a inclusão social efectiva e cheia de êxito. Para tal, é necessário educar os cidadãos em vários aspectos, sendo um deles, a atitude para a criação de negócios e empresas.
- 28 Em síntese, podemos afirmar que os factores fundamentais da inclusão social, não excluindo outros obviamente, são a cidadania e o direito à empregabilidade. Efectivamente, é através destes que o indivíduo conseguirá inserir-se e participar na sociedade.

## Inclusão social e transculturalidade

- 29 Relacionar a inclusão social com a transculturalidade é, essencialmente, referenciar as preocupações que as sociedades actuais vivem devido aos processos migratórios; é entender que nos dias de hoje as fronteiras não são compartimentos estanques. Mas também, é pôr em questão os problemas levantados por estes fluxos e tentar clarificar os conflitos que vão nascendo na sociedade receptora, assim como a necessidade de os resolver. Note-se que a transculturalidade implica não só a interdependência de culturas, mas também as relações entre elas de modo a influenciarem a identidade do

indivíduo neste mundo globalizado (HALL 2003; SILVA 2007; WELSCH 1999; WENGE 1998).

- 30 Para se entender correctamente o que é a transculturalidade é necessário diferenciá-la da interculturalidade e da multiculturalidade. A primeira, consiste no encontro ou na interacção de duas culturas diferentes. A tónica é posta no respeito da cultura minoritária, uma vez que isto leva ao enriquecimento mútuo das mesmas (PACHECO 1997).
- 31 A multiculturalidade, por sua vez, é uma noção que tem a ver com a concepção segundo a qual existem várias culturas num determinado país, sendo, no entanto, uma predominante. Por outras palavras, trata-se de um conceito que sustenta os projectos de governação com o objectivo de integrar as culturas minoritárias (HALL 2003; SANTOS e NUNES 2003; WALZER 1999).
- 32 A transculturalidade, embora não se afaste demasiado dos dois conceitos, tem um aspecto particular. A própria raiz do termo transculturalidade assim o diz: *trans* (para além de) *culturalidade* (cultura) o que seria como algo para além ou para lá da cultura.
- 33 Para Hall (2006) transculturalidade expressa dois momentos peculiares ao mundo globalizado, ou seja, o cruzamento e a mistura de culturas.
- 34 Busnardo (2010) enfatiza, na sua perspectiva de transculturalidade, a interacção com o *Outro*, como pressuposto importante para a formação da identidade das pessoas.
- 35 Em síntese, podemos referir que a transculturalidade, e daí a sua relação com a inclusão social, permite delinear toda uma série de estratégias por forma a combater, neste mundo globalizado, os estereótipos, e mesmo as políticas que, camufladamente ou não, procuram atribuir, por razões económicas, políticas, sociais e outras, privilégios a uma cultura em detrimento das outras.
- 36 Acresce que esta questão ganha contornos mais sérios dada a pretensão de se criar um mundo mais equilibrado. Para tal, e considerando a economia globalizada e as redes de informação, nada se afigura mais racional como o diálogo e o respeito entre as culturas para se construir um mundo agradável de se viver (BAUMAN 2004; HALL 2006; NICOLESCU 2001).
- 37 Por tudo que foi dito, salta à vista que, num contexto globalizado como o nosso, a inclusão social sofra uma grande influência dos pontos de vista transculturais. É nesta senda que estudos vários da Psicologia Social, e não só, vão sendo feitos na base desta perspectiva. Para tal, importa referir as contribuições que a Psicologia Transcultural tem dado aos processos de inclusão social.
- 38 As razões são óbvias: Este novo ramo do saber foca-se nas semelhanças e nas diferenças culturais de vários grupos, tendo em consideração a língua e variáveis psicológicas, socioculturais, ecológicas e biológicas (BERRY, POORTINGA, SEGALL e DASEN 2000; BRISLIN, LONNER e THORNDIKE 1973).

## Representações sociais

- 39 As representações sociais constituem nos dias que correm um assunto recorrente na Sociologia e, sobretudo, na Psicologia social.

## Teorias

- 40 As abordagens sobre as representações sociais, tanto do ponto de vista teórico como prático não são novas. Elas remontam, sobretudo, aos trabalhos de Durkheim (1980), ao formular o conceito de «*ideação colectiva*», isto é, um processo que leva à formação de ideias e sentimentos sobre um determinado evento social.
- 41 Durkheim também diferenciava as «*representações individuais*» das «*colectivas*» e advogava a necessidade do seu estudo científico. Por fim, defendia a ideia, considerada por nós chave, segundo a qual as representações colectivas não são nada mais senão ideias que se formam quando os grupos sociais se relacionam com os objectos em seu redor.
- 42 É inegável o mérito de Durkheim; porém, ele não pôde evitar a polémica que se instaurou posteriormente, aquando da demarcação das fronteiras entre a Psicologia e a Sociologia (BASTIDE 1967; LUBEK 1981).
- 43 A abordagem teórica sobre as representações sociais na perspectiva Durkheimiana, viria mais tarde a ser retomada por Moscovici (1978), que a aplicou na Psicanálise. Em seu trabalho, Moscovici descreve a imagem que o público, em geral, e os especialistas, em particular, têm sobre a psicanálise. Mas também, apresenta no mesmo o método por ele desenvolvido para o estudo das representações sociais.
- 44 Moscovici, na continuidade da perspectiva Durkheimiana, mostra a articulação entre o individual e o social, identificando, na sua definição de representação social, categorias como a consciência subjectiva e a percepção individual dos espaços sociais.
- 45 Nesta base, a pertinência da abordagem das representações sociais reside na diferença entre conhecimento científico e o não-científico.
- 46 Conforme Moscovici, o conhecimento científico é formado por conceitos e signos e, em termos sociais, é um privilégio de pequenos grupos. Estes impõem aos outros as suas ideias sobre determinados fenómenos. Em oposição a este conhecimento temos as representações sociais (senso comum) assentes em imagens e símbolos. Constituem, de igual modo, formas de conhecimento com critérios próprios e que se formam nas relações que as pessoas estabelecem umas com as outras no dia-a-dia (MOSCOVICI 1978).
- 47 De igual modo, Moscovici (1961) explicita os processos através dos quais se formam as representações sociais, ou seja, a «*objectivação*» e «*a ancoragem*». A objectivação ocorre quando as ideias se transformam em imagens, deixando a sua natureza abstracta para se converterem em imagens concretas. Este processo decorre quando as ideias e as imagens se organizam em torno de um único assunto e se reagrupam. Contudo, estas imagens assimiladas graças à objectivação, não permanecem estáticas; muito pelo contrário, juntam-se às imagens anteriores, formando, em consequência disso, novos conceitos (ALVES-MAZZOTTI 2000).
- 48 Os pontos de vista de Moscovici sobre as representações sociais, apesar do seu carácter heurístico, não estão isentos de críticas. Guareschi (1996), por exemplo, afirma que o mérito de Moscovici deve ser visto apenas na referência às representações e não na sua conceptualização.
- 49 Entretanto, a análise das representações sociais viria a ter um novo impulso com Denise Jodelet, discípula de Moscovici, nos seus estudos sobre a representação social da

loucura. Na visão desta autora, a representação social é uma forma de construção social com carácter prático, constituindo, na sua essência, uma forma de conhecimento. Criada pelos grupos sociais, os quais atribuem às mesmas um determinado significado, elas possuem um carácter dinâmico ao ponto de influenciar, ou mesmo explicar, o comportamentos das pessoas (JODELET 2001).

- 50 Devemos aqui inserir os novos desenvolvimentos e, sobretudo, as contribuições sobre as representações sociais dadas por William Doise, no âmbito da sua abordagem «societal», conforme a mesma é designada. Neste enquadramento, entende-se que na sociedade existem dinâmicas sociais que permitem o funcionamento da sociedade, cujo pano de fundo é sistema de crenças e de valores que, ao serem partilhados, concorrem para o funcionamento cognitivo do sujeito (DOISE 2001). Efectivamente, uma das maiores preocupações de Doise foi a de enfatizar o peso dos factores sociais na estrutura cognitiva individual (STAERKLÉ e SPINI 2004).
- 51 Está, ainda, outra conceptualização das representações sociais como a de Abric (1998) sintetizada na *teoria do núcleo central*, por si criada. Entende-se, com esta teoria, que as representações sociais possuem um «núcleo central» de natureza sociocognitiva. É precisamente este «núcleo» que dá significado às representações, determina as relações entre os elementos e rege o processo evolutivo das mesmas.
- 52 Apesar do mérito da *teoria das representações sociais* (TRS), a verdade, porém, é que as críticas não têm faltado. Autores como Potter e Linton (1985) consideram que a TRS peca, desde a sua criação por Serge Moscovici, pela ausência de uma precisão no quadro conceitual. Contudo, as críticas não ficam apenas nos aspectos conceituais. Leyens e Dardenne (1996) criticam a própria metodologia, sobretudo os procedimentos utilizados nos estudos sobre as representações sociais.
- 53 Podemos dizer, pois, como síntese, que subsistem hoje três abordagens fundamentais desenvolvidas a partir da teoria das representações sociais: a abordagem processual, sustentada por Jodelet, mais voltada para o processo de produção e manutenção das representações sociais (ALVES-MAZZOTTI 2008); a abordagem estrutural de Abric, designada por *Escola do Midi*, para a qual, como vimos, as representação sociais estão organizadas em várias dimensões e com uma estrutura bem estabelecida (ROUQUETE e RATEAU 1998). Por último, temos a abordagem societal, representada por Doise e conhecida como Escola de Genebra. Se olharmos para esta designação, veremos que sobressai o lado social. De facto, é o que caracteriza a escola de Genebra, que enfatiza na sua abordagem o papel que os factores sociais têm no funcionamento cognitivo (STAERKLÉ e SPINI 2004).

## Estudos sobre as representações sociais

- 54 *La psychanalyse: son image et son publique*, de Serge Moscovici, é um dos estudos sobre as representações sociais já considerado clássico, publicado em 1961, com reedições posteriores. Tratou-se de um estudo académico, no âmbito da sua tese de doutoramento. O mesmo lançou os alicerces para a construção do grande edifício, que viria alojar as representações sociais no âmbito da Psicologia Social.
- 55 Moscovici (1978) procurou compreender como a sociedade francesa, da época, olhava para psicanálise. Para o efeito, utilizou várias técnicas, tais como questionários, materiais publicados nos jornais franceses e estudos de opinião.



- 56 Concluindo, Moscovici mostrou em primeiro lugar que a noção sobre a psicanálise em posse da sociedade francesa, oscilava entre a concepção científica e as representações sociais; em segundo lugar, que as referidas representações, para além de não serem semelhantes em todas as pessoas, variavam em função do senso comum (conhecimento popular) e do contexto social e cultural em que as pessoas se inseriam. Por último, concluiu que o processo de representar determinado objecto, sobretudo com um carácter novo, assentava em dois processos, já descritos mais acima, isto é, a ancoragem e a objectivação.
- 57 É, de igual modo, de referência obrigatória, o estudo de Denise Jodelet, feito no meio rural com o intuito de conhecer as representações sociais sobre a loucura em posse de uma comunidade da colónia francesa de Ainay-le-Château. O estudo, *Civils et bredins. Rapport à la folie et représentations sociales de la maladie mentale*, que também é de carácter académico, foi realizado em 1985, no âmbito da sua tese de doutoramento de Estado.
- 58 Metodologicamente, Jodelet (2005) utilizou com grande rigor diversas técnicas de investigação tanto quantitativas (amostragem probabilística, determinação do tamanho da amostra, etc.) como qualitativas (documentos, observação, entrevistas aos pacientes e aos funcionários da saúde do local).
- 59 Jodelet concluiu, com o seu estudo, que a comunidade da colónia representava a loucura como algo perverso. Isto levava a comunidade a discriminar e a marginalizar os doentes mentais, considerando-os, inclusivamente, como uma ameaça. Vistos como os «Outros», os habitantes da colónia distanciavam-se deles, ignorando os seus grupos de referência.
- 60 Entretanto, os estudos sobre as representações sociais viriam a receber um novo fôlego, ao serem transferidos para a investigação experimental. Tal aconteceu com os estudos efectuadas por Willem Doise no Laboratório de Psicologia Social Experimental da Universidade de Genebra.
- 61 Doise (1982) centrou-se, em seus estudos, nas interações sociais que se produzem entre as pessoas. Para o efeito, concebeu uma experimentação, baseando-se nas normas e nas representações que as pessoas constroem durante as relações sociais que estabelecem uns com os outros. A intenção era a de observar como os sujeitos respondiam às referidas relações numa situação experimental.
- 62 Doise formulou várias hipóteses que foi testando nas suas experimentações. Uma delas é de que os indivíduos, numa relação social, partilham determinadas crenças que lhes são comuns, mas que se diferenciam em função das relações que eles estabelecem com as representações. Outra hipótese postula que a ancoragem dos valores e percepções individuais permitem às pessoas construírem as relações entre os grupos (DOISE, CLÉMENCE e LORENZI-CIOLDI 1994).
- 63 Willem Doise realizou vários estudos que levaram a compreensão de como as representações sociais, enquanto princípios organizadores no plano simbólico, regulam as relações entre as pessoas e os grupos.
- 64 Ainda no âmbito da investigação experimental temos a referir os estudos realizados por Jean-Claud Abric. Preocupado com a estrutura das representações sociais, este investigador procurou testar a sua hipótese sobre o *núcleo central*, baseada no «dilema do prisioneiro». Trata-se de um modelo que pretende explicar alguns processos do comportamento das pessoas em interação, tais como a cooperação e a competição (ABRIC 1984).

- 65 Este autor, ao levar igualmente o estudo representações sociais ao laboratório, recorreu a técnicas peculiares a investigação qualitativa (análise de textos, entrevistas, observação). Ressalte-se a sua chamada de atenção sobre o facto da entrevista directiva ser um método imprescindível para o estudo das representações sociais (ABRIC 1994).
- 66 Sob o ponto de vista da abordagem quantitativa, o mesmo recorreu a questionários e aos procedimentos estatísticos inerentes a esta abordagem no tratamento e processamento dos dados.
- 67 Os estudos de Abric permitiram a construção do que ele designou por *teoria do núcleo central*, já analisada acima, segundo a qual uma representação social possui uma estrutura pluridimensional, tendo a dimensão afectiva um lugar de destaque (ABRIC 1994).

## Estudos nos países de expressão portuguesa

- 68 A expansão dos estudos sobre as representações sociais também chegou, como é óbvio, aos países de expressão portuguesa. Países como o Brasil e Portugal e, em menor número, Moçambique, Cabo Verde e Angola têm, de um tempo a esta parte, realizado vários estudos sobre as representações sociais.
- 69 Em Portugal, temos a destacar os estudos de Vala (2000) sobre as representações sociais e ideologias. Muitos dos seus trabalhos têm incluído aspectos como o preconceito, as migrações, a justiça social e outros. A ênfase tem sido dada nas expressões através das quais o racismo se manifesta (VALA, BRITO e LOPES 2000).
- 70 No Brasil, a expansão da *teoria das representações sociais* é notória, graças à contribuição pessoal de Serge Moscovici e Denise Jodelet. Podemos, a título de exemplo, citar, de entre os vários trabalhos, as reflexões e os estudos de Jovchelovitch (2000, 2004) no plano da esfera pública (cultura, construção do espaço público e outros).
- 71 O movimento de expansão, embora ainda tímido, também se faz sentir em alguns países africanos de expressão portuguesa. Em Moçambique, temos a referir os estudos de Ribeiro (2000, 2007) direccionado para as representações sobre o Estado moçambicano (o passado e o presente da democratização em curso).
- 72 Em Cabo Verde, a nível de trabalhos académicos (memória monográfica) deparamo-nos com o estudo de Barros, «*Representações sociais do consumo de álcool e drogas*» em estudantes de Direito e Psicologia da Universidade Jean Piaget, em Praia, Cabo Verde.
- 73 Com o mesmo carácter (dissertação de mestrado) temos, em Angola, o trabalho de Cupata (2014) sobre *As representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos: o caso do Sumbe*.

## Estudos ao nível dos Direitos Humanos e Cidadania

- 74 Dada a pertinência que as teorias das representações sociais vem tendo, não é de espantar que os seus estudos se estendessem em áreas relacionadas com a liberdade, os direitos humanos e a cidadania; numa só palavra, com a participação das pessoas na tomada de decisões de uma determinada sociedade. Um dos estudos nesta temática, embora um pouco mais abrangente, por não se tratar concretamente da inclusão social, embora com ela relacionada é, sem dúvida, o de Doise, Spini e Clemence (1998).

- 75 Trata-se de um estudo sobre as representações sociais dos Direitos Humanos, encarados numa abordagem tridimensional (valores, percepção de conflitos e injustiça social). Este estudo foi desenvolvido durante muitos anos. A amostra foi constituída por estudantes dos cursos de Psicologia, Direito, Serviço Social e Ciências de 35 países de 5 continentes. Foram analisados 6791 questionários. O instrumento continha duas partes: Na primeira, eram apresentados os 30 artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos*. Na segunda, constava da escala de valores de Rokeach sobre os conflitos percebidos pelos sujeitos (DOISE *et al.*, 1998).
- 76 A aplicação do questionário a diversos países respondia ao propósito de um estudo transcultural com o fim de se saber se os participantes dos diversos países entendiam da mesma forma os artigos e, no caso de haver diferenças, como era que estas se organizavam.
- 77 Os resultados deste estudo mostram que o entendimento dos artigos da *Declaração Universal dos Direitos Humanos* é comum em todos os participantes, sendo para todos os casos, os direitos jurídicos individuais mais valorizados. Também foram encontradas algumas diferenças.
- 78 Um aspecto que consideramos importante neste estudo é o resultado da análise hierárquica que permitiu identificar quatro grupos de sujeitos: os cépticos, militantes activos, simpatizantes, e, por último, os defensores dos governos.

## Métodos e Materiais

- 79 Trata-se de um estudo de carácter descritivo e exploratório, com abordagem qualitativa, tendo como referencial teórico a *teoria das representações sociais* (TRS). Note-se que esta teoria procura pôr a descoberto o sentido que as pessoas atribuem, ao nível do senso comum, a um determinado evento, objecto ou assunto, numa tentativa de os explicar.

## Participantes e sua caracterização

- 80 Utilizou-se, para a escolha dos participantes, à amostragem teórica por contraste/ aprofundamento. Este critério de selecção justificou-se pelo facto de um dos objectivos do estudo ter sido o de comparar as frequências das categorias mais referidas entre dois grupos: os beneficiados e os que não beneficiaram de algum programa de inclusão social em curso no país.
- 81 Participaram neste estudo 6 pessoas, repartidas conforme o género, a idade (Média = 29,50, DP = 5,2; Mínima = 22, Máxima = 36), as habilitações literárias e outras variáveis consideradas relevantes.
- 82 O perfil dos entrevistados é descrito na Tabela 1.

Tabela 1 - Perfil dos participantes do estudo

Respon- dentes	Idade	Género	Habilit. literárias	Profissão	Beneficiou de algum programa de inclusão social?	Avaliação dos programas IC em curso	Acredita na eficiência dos mesmos no combate à pobreza?
<b>S001</b>	28	Masc.	Lic.	Prof.	Sim	Posição crítica	Sim
<b>S002</b>	26	Masc.	Mestr.	Prof.	Não	Há falhas na comunicação	Mais ou menos
<b>S003</b>	31	Masc.	Lic.	Prof.	Não	Razoável	Mais ou menos
<b>S004</b>	34	Fem.	Mestr.	Func. Pública	Não	Mau	Mais ou menos
<b>S005</b>	22	Masc.	Lic.	Prof.	Sim	Louvável	Sim
<b>S006</b>	36	Masc.	Lic.	Empre- sária	Sim	Satisfatório	Sim

Fonte: AUTOR

- 83 Conforme se observa na Tabela 1, os participantes possuem habilitações literárias que lhes garante à partida uma maior compreensão das dinâmicas sociais e culturais em curso no país.

## Instrumentos e procedimentos

- 84 O estudo foi desenvolvido na cidade de Luanda, num ambiente adequado para a condução de entrevistas. O instrumento utilizado, já atrás referido, foi a entrevista semi-estruturada. As razões para a sua escolha residem no facto de as questões-guia deste tipo de entrevistas serem relativamente abertas, dando ao entrevistador uma maior flexibilidade e menos rigidez na condução da mesma (QUIVY e CAMPENHOUDT 1988).
- 85 A entrevista constou de seis questões abertas e relativas aos objectivos da investigação, que abordavam temáticas sobre a noção da inclusão social, a avaliação dos programas de inclusão social implementados, o acesso à informação por parte dos jovens para concorrerem aos programas, e outras. Uma das perguntas foi a seguinte «*Como avalia o modo como os jovens que beneficiaram dos programas de inclusão social se têm comportado?*»; outra «*Como define a inclusão social?*»
- 86 Na introdução, solicitavam-se os dados socio-demográficos dos participantes, conforme o quadro acima apresentado. Moveu-nos a intenção não só de conhecer as opiniões dos participantes sobre a inclusão social em si, mas também a avaliação e as atitudes dos mesmos face a este processo.
- 87 Com a duração aproximada de 20 minutos cada, as entrevistas foram gravadas, posteriormente transcritas no programa Word e Excel e inseridas no programa informático QSR, Nvivo 10. Este software, tal como foi construído, permite, para além de outros procedimentos, processar os dados a partir da «*pesquisa de texto*» e da consulta da «*frequência de palavras*». O Nvivo 10 faz, assim, emergir categorias e associá-las a outros eixos semânticos através da similaridade, partição e análise proposicional do discurso.

- 88 Este procedimento permitiu-nos efectuar a análise das três dimensões (informação, crenças e atitudes), usualmente operacionalizadas e consideradas nos estudos que visam a compreensão das representações sociais (BARDIN 2011; VALA 1993).

## Análise dos dados: validação de conteúdo

- 89 Para respeitarmos os critérios de qualidade, efectuamos o estudo de validade de conteúdo. De acordo com Wynd, Schmidt e Schaefer (2003), a validade de conteúdo consiste na pontuação, em percentagens, atribuídas pelos juízes a perguntas cujos valores oscilam entre 3 e 4. Antes disso, efectuamos uma generalização das definições de Moscovici (1978) e Jodelet (2002) sobre as representações sociais, centrando-nos, nas seguintes dimensões: «*informação, atitude e crenças*». Depois, determinamos os indicadores de cada dimensão, que nos permitiram formular 9 perguntas que foram submetidas a um grupo de juízes.
- 90 A selecção dos juízes obedeceu aos seguintes critérios: (a) Formação nas Ciências Humanas e Sociais, com preferência a psicólogos sociais; (b) Grau académico de mestres e doutores e docentes do ensino superior. Foram, para este efeito, seleccionados 12 juízes, mas apenas 6 concordaram em participar no estudo, assim distribuídos: 2 Doutorados, 2 mestres (doutorandos em Psicologia Social), 1 mestre (doutoranda em Psicologia da Educação), 1 licenciado (mestranda em Psicologia Clínica e do Aconselhamento).
- 91 Para o cálculo do índice de validade de conteúdo, utilizou-se uma escala do tipo Likert, cujas pontuações vão de 2 a 4, assim distribuídas: (1 = Não Claro; 2 = Pouco Claro; 3 = Muito Claro e 4 = Bastante Claro) conforme Wynd et al. (2003), expressa na seguinte fórmula:

$$IVC = \frac{\text{Respostas 3,4}}{\text{Total de Respostas}}$$

- 92 O ICV (índice de validade de conteúdo) total da entrevista foi de 76,2%, inferior a taxa normalmente aceite, ou seja, 0,78% (LYNN 1986). No entanto, para cada questão em particular, a taxa foi superior a 0,80% com a excepção das perguntas 7 e 8 que foram eliminadas, ficando, a versão final do guião de entrevista, com 6 questões.
- 93 O índice de concordância foi outro cálculo efectuado para determinar a percentagem de concordância entre os juízes. Para tal, utilizámos a seguinte formula: (TIDELN, NELSON e MAY 1990).

$$IC = \frac{\text{Número de Juízes Concordantes}}{\text{Número Total de Participantes}} \times 100$$

- 94 Para este índice, a taxa de concordância aceitável é, de acordo com Topf (1986), de 90%. Para o nosso caso, obtivemos uma taxa de concordância de 66,6%, ou seja, inferior ao recomendado. No entanto, analisando a taxa de concordância por pergunta, observou-se que apenas as questões 7 e 8, possuíam uma taxa inferior a 50%. Também, por este

motivo, as mesmas foram eliminadas, enquanto as questões cujas taxas de concordância oscilavam entre 66,6 % e 83,3% sofreram algumas modificações.

- 95 Por fim, calculou-se o coeficiente de competência dos juízes. Este consiste no conhecimento em posse do juiz sobre o tema em estudo e na forma como ele se autoavalia relativamente as fontes (teóricas, empíricas e cognitivas) que sustentam o seu conhecimento (CAMPISTROS e RIZO 1998).
- 96 Para o seu cálculo, utilizou-se a fórmula  $K = 1/2 (Kc + Ka)$ , onde  $Kc$  = o coeficiente de conhecimento (0 a 10) e  $Ka$  = o coeficiente de argumentação, podendo ser alto, médio ou baixo (CAMPISTROS e RIZO 1998).
- 97 No que diz respeito ao coeficiente de competência e, considerando que a sua interpretação se baseia na seguinte escala:  $0,8 < K < 1,0$ ; alta competência;  $0,5 < K < 0,8$ , competência média; e,  $K < 0,5$ , competência baixa, verificou-se que dois juízes apresentaram o coeficiente de 0,55, possuindo, como tal, uma competência média e 4, o coeficiente de 0,88, ou seja, possuindo, como tal, uma alta competência.
- 98 Nenhum dos juízes se posicionou no coeficiente de baixa competência.

## Resultados e discussão

- 99 A análise efectuada com o Nvivo 10 gerou diversas palavras distribuídas por classes temáticas, e estas, por categorias e subcategorias, como se pode ver na tabela que abaixo se apresenta.
- 100 Segundo a Tabela n.º 1, o discurso dos entrevistados produziu um conhecimento constituído por 184 unidades temáticas assim distribuídas: *Social* (87 referências), *Programas* (75 referências), *Jovens* (16 referências), e *Informação* (6 referências).

**Tabela 2 - Análise de conteúdo junto dos jovens sobre a inclusão social**

Classe Temática	Categorias	Subcategorias
SOCIAL (87)	Desigualdade (1)	Pobreza (30) Desemprego (14)
PROGRAMAS (75)	Implementação (4)	Gradual (2) Zero (1) Tímida (1)
JOVEM (16)	Centros de Formação (4)	Escola de formação profissional (1) Universidade (1)
	Média (3)	Jornais (2) Rádio (12) Televisão (4)
	Políticas públicas (4)	Habitação (11)
INFORMAÇÃO (6)	Média (3)	Jornais (2) Rádio (12) Televisão (4)

- 101 A primeira classe temática centra-se nos processos de carácter social que concorrem para a exclusão social, e que devem ser considerados nas políticas públicas de inclusão



social. Assim, através do comando «*pesquisa de texto*» do Nvivo 10, extraiu-se a correspondente «*árvore de palavras*», que permitiu efectuar a análise proposicional do discurso. Considerando as palavras e expressões adjacentes, emergiu para este tema a categoria *Desigualdade* (1 referência) distribuída por duas subcategorias, a saber: *Pobreza* (30 referências) e *Desemprego* (14 referências).

- 102 A segunda classe temática diz respeito a *Programas* (75 referências), referindo-se mais concretamente à avaliação dos jovens sobre o grau de implementação dos projectos de inclusão social. Relativamente a este tema, emergiu a categoria *Implementação* (4 referências) com as seguintes subcategorias: *Gradual* (2 referências), *Zero* (1 referência) e *Tímida* (1 referência).
- 103 A terceira unidade temática diz respeito a *Jovem* (16 referências), tendo emergido categorias relacionadas com os pressupostos imprescindíveis para a inclusão social desta franja populacional.
- 104 A primeira categoria emergente foi *Centros de Formação* (4 referências) com as subcategorias, *Escola de Formação Profissional* (1 referência) e *Universidade* (1 referência).
- 105 A segunda categoria foi *Média* (3 referências), referindo-se, portanto, aos meios de comunicação social que permitem aos jovens tomarem conhecimento sobre os programas de inclusão em curso. As subcategorias foram as seguintes: *Rádio* (12 referências); *Televisão* (4 referências) e *Jornais* (2 referências).
- 106 A terceira e última categoria foi *Políticas Públicas* (4 referências) com a subcategoria *Habitação* (11 referências). Esta subcategoria mostra a importância que os jovens atribuem à habitação (ter casa própria) no processo de inclusão social.
- 107 Temos, por fim, a última unidade temática, *Informação* (6 referências), encarada como o acesso dos jovens à informação sobre os programas de inclusão social em curso. A subcategoria que emergiu foi *Grupo Restrito* (1 referência).

## Discussão

### Social

- 108 Relativamente à primeira unidade temática, de onde emergiu a categoria desigualdade e as subcategorias pobreza e desemprego, é de referir que ela acha-se associada, em grande parte, com a inclusão social. Conforme a literatura, o desemprego é uma das maiores causas da exclusão social, e, consequentemente, quando se aborda a problemática da inclusão social, vem logo ao de cima a ideia de que esta pressupõe necessariamente a adopção de estratégias de inclusão baseadas na empregabilidade e sobrevivência (GOFFMAN 1988; OLIVEIRA e COSTA 1998).
- 109 No que concerne ao desemprego, o foco do discurso dos entrevistados centra-se em duas situações distintas: na primeira, a ênfase é colocada na comunicação deficiente dos programas e na segunda, nas consequências que advêm da não concretização dos programas tanto na capital do país como nas províncias.
- 110 É o que se observa nos depoimentos abaixo apresentados.  
[S2] Como acima referi, a deficiência da comunicação tem levado a que tal (tais) programa(s) não têm vindo a contribuir para o combate a pobreza, o desemprego e a desigualdade social.

[S3] Olsha, agora está a tornar-se numa transferência relativamente a esta situação. Nas províncias eram, eram... eram mansos, mas agora muitos que beberam das experiências de Luanda e agora estão a contaminar negativamente o modo vivente nas províncias, na questão, ao invés de diminuir o desemprego, aumenta-se o desemprego.

## Programas

- 111 A segunda unidade temática, *Programas*, tem a ver com a concretização dos projectos de inclusão social, elaborados conforme as políticas públicas. É nesta unidade onde se pode ver que a representação social dos participantes, no que concerne à implementação dos programas, não é de todo positiva, conforme se observa no discurso dos participantes.

[S2] O grau de implementação das mesmas na nota do Executivo angolano está a ser feito de uma forma gradual. Não obstante a forma gradual de implementação, bem como as suas práticas, deveriam ser formuladas pela lógica da actividade, uma vez que existem regras específicas e claras que visam a difusão do plano, porém, as falhas de comunicação que se tem verificado neste processo chegam a ser o «Calcanhar de Aquiles» para o grau do alcance dos objectivos previamente definidos.

[S4] Para já, primeiro queria dizer que eles têm na teoria... eles têm um bom programa. Parece que de facto aqui dá certo, mas, na prática, na sua implementação é zero. Ou seja, não se faz sentir, não tem um grande impacto a nível dos jovens. É só vermos o programa de empreendedorismo, o programa de micro-crédito para as mulheres, o projecto das casas, da construção de casas. Portanto, Não há nenhum impacto. Está só no papel, na prática, os jovens não se beneficiam.

## Jovens

- 112 No que diz respeito à terceira unidade temática, emergiram, conforme se viu mais acima, três condições importantes que condicionam a inclusão social dos jovens, a saber: a educação e formação, os média e as políticas públicas.
- 113 Na literatura, encontramos de igual modo abordagens que enfatizam estes aspectos, sobretudo quando referidos aos mais jovens (DANTAS 1992; FREITAS 2010; SOARES 2009).
- 114 No discurso dos participantes, sobressaíram os média (com destaque a *rádio*) e as políticas públicas (com realce da *habitação*).
- 115 É o que nos dizem os recortes que aparecem abaixo.

[S1] «Muitas vezes, os jovens não sabem se existe ou não existe, este ou outro programa. Muitas vezes, nós os jovens somos muitas das vezes traídos. Não..., não..., não entramos em contacto com a rádio e com a televisão nem com os jornais. É uma das razões que faz com que os jovens não adiram a este sistema».

[S2] «Mas também há jovens que não acreditam. Ouvem, ouvem na rádio, o projecto e na televisão. Não se envolvem porque às vezes não têm muita confiança. Isto também acontece às vezes».

- 116 Como se pode ver, os meios de comunicação social, com maior destaque para a rádio, nem sempre têm o devido impacto nos jovens. Depreende-se, do discurso dos entrevistados, que existem dois tipos de jovens: os que não aderem aos programas e projectos por desconhecimento, e outros, por não confiarem na informação dos meios de comunicação social.



- 117 No que concerne às políticas públicas, com destaque para a habitação, é de notar que, se um por um lado, se reconhece o lugar que a habitação ocupa na inserção social, por outro, se admite existir uma certa parcialidade na atribuição das referidas habitações, como se pode ver mais abaixo.

[S4] «Para mim, a inclusão social é fazer com que todos os jovens beneficiem de condições sociais aceitáveis, que tenham um emprego, habitação e que estejam inseridos na sociedade com direitos e igualdades sociais».

[S6] Bem... talvez o programa, a nível da capital..., talvez o programa de habitação com essas casas do Kilamba, Kilamba e Cacuaco, talvez isso. Mas também não vejo os jovens ali. Ou seja, também não foram os jovens que se beneficiaram.

- 118 Pode-se concluir que as representações sociais sobre as políticas públicas e o papel dos *media*, se caracterizam por constrangimentos de vária ordem.

## Informação

- 119 A última unidade temática que emergiu foi a informação, aqui entendida como o acesso à informação sobre os programas de inclusão em curso. Escusado será referir que reside no acesso à informação, a possibilidade de o jovem decidir concorrer para um determinado programa de inclusão social.

- 120 Na óptica dos entrevistados, esta informação é passada mas apenas atinge uma franja muito reduzida de jovens.

[S4] Não conheço nenhum programa. Como já disse, se existe há um público muito restrito que tem conhecimento sobre ele e só fica só naquela camada social. Os outros ficam sem saber.

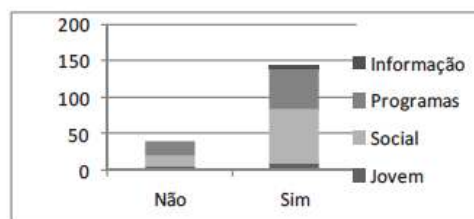
## Comparação das categorias (beneficiados *versus* não beneficiados)

- 121 Um dos objectivos deste estudo foi o de comparar as representações sociais de dois grupos de jovens diferenciados: Jovens que beneficiaram dos programas (*Sim*) e os que não beneficiaram (*Não*).

- 122 Os dados estão espelhados na ilustração que abaixo se apresenta.

**Ilustração 1 - Quadro comparativo sobre os processos de inclusão**

	Sim	Não
Jovem	6	10
Social	14	73
Programas	20	55
Informação	0	6
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>144</b>



Fonte: AUTOR

- 123 Segundo a ilustração, verifica-se, em primeiro lugar, que os participantes que não beneficiaram dos programas são os que apresentam o maior número de referências (144). A maior frequência verifica-se na unidade temática *Social* (73 referências).

- 124 Por sua vez, os que afirmam ter beneficiado de um programa de inclusão apresentam a menor frequência de referências (40), com destaque para os Programas (20 referências).
- 125 O menor número de aparições pode indicar um desinteresse dos jovens face os programas e projectos ou um conformismo pelo *status quo*.
- 126 Muito ligado a isto está o facto de que os que não beneficiaram de algum programa terem sido os mais críticos deste processo.

## Conclusões

- 127 Os estudos sobre a inclusão social demonstram, para qualquer sociedade, quão importante é criar oportunidades de inclusão para os jovens. Para tal, é necessário potenciar a empregabilidade a fim promover a inserção não só social, como também económica para os grupos socialmente mais desfavorecidos (IESE 2009).
- 128 Os jovens constituem a franja em se deposita grande parte da esperança para a sobrevivência de uma sociedade. Logo, conhecer os seus anseios e, sobretudo, o significado que atribuem à inclusão social, deve ser um exercício permanente por parte dos estudiosos das Ciências Humanas e Sociais. Igual postura se exige aos responsáveis pela concepção das políticas e práticas do referido processo.
- 129 Os estudos das representações sociais sobre a cidadania, direitos humanos e inclusão social, focam-se, de um lado, em pessoas marginalizadas das «trocas sociais», e do outro, em pessoas desintegradas do mercado de trabalho, e, sobretudo, com os laços familiares desmembrados por esta ou por outra razão (CASTEL 1997). Daí que se defenda, e com certa razão, a assistência aos mesmos através da inserção no mercado de trabalho, dando-se o devido papel à *cidadania* (DEMO 2002).
- 130 Conhecer as representações sociais dos jovens sobre a inclusão social é, de facto, um primeiro passo, para levá-los a adoptarem atitudes mais participativas para não serem meros observadores dos eventos que ocorrem a sua volta. Note-se que o indivíduo, ao representar a realidade, não só a constrói, como também, o que é ainda mais importante, dá a esta nova realidade um novo sentido que orienta a sua prática (SOSA e PAIVA 2012).
- 131 O presente estudo é uma contribuição modesta na investigação das representações sociais sobre a inclusão social, pelo facto de, até ao momento, não ter sido feito nenhum a nível do nosso país.
- 132 De acordo com os resultados a que se chegou, é fácil de reconhecer a postura passiva dos jovens em matéria de inclusão social. Torna-se, como tal, necessário modificá-la, aproximando-a aos postulados defendidos por Friedmann (1996) sobre o empoderamento. Notou-se no discurso dos entrevistados a ausência de palavras como participação, monitoramento, empoderamento e outras. Isto é um facto a registar, uma vez que na análise de conteúdo o «*não dito*» também possui o seu devido significado (BARDIN 2011).
- 133 Algumas limitações, sob o ponto de vista metodológico, pontuam o presente trabalho. Em primeiro lugar, a sensibilidade do tema num contexto histórico, social e político como o nosso. Estamos numa sociedade onde ainda prevalece o medo de abordar questões sociais e interventivas. Este facto levou a que muitos jovens recusassem participar no estudo, inclusivamente alguns juízes.

- 134 Para os estudos subsequentes, julgamos interessante trabalhar-se com amostras maiores, oriundas de instituições, tal como universidades e outras. Teria, de igual modo, um grande interesse, utilizar-se a técnica de associação livre das palavras a fim de se detectar o *núcleo central das representações sociais* sobre a inclusão social.
- 135 O objectivo que norteou o presente trabalho foi o de identificar as representações sociais sobre a inclusão social de jovens angolanos residentes na cidade de Luanda, tomando em consideração as dinâmicas sociais, culturais e económicas inerentes a este país. Em particular, quisemos saber a noção em posse dos jovens sobre a inclusão social, a avaliação dos programas implementados e, sobretudo, a visão dos que beneficiaram ou não, de um programa de inclusão, para além de outros aspectos.
- 136 Para o efeito, foram operacionalizadas as dimensões, *crenças, informação e atitudes* e avaliadas através de sete perguntas. Para o seu tratamento, recorreu-se à análise de conteúdo, mais concretamente à análise temática e categorial, com o recurso ao software Nvivo 10. Esta ferramenta fez emergir categorias e subcategorias que destacam a importância de aspectos como a desigualdade social, os programas, a participação dos jovens e o acesso à informação.
- 137 Por fim, desejamos que este estudo promova reflexões e debates acerca de um assunto tão importante como é a inclusão social dos jovens angolanos.

---

## BIBLIOGRAFIA

- ABRIC J., 1998, «A abordagem estrutural das representações sociais», in P. M. (org.), *Estudos interdisciplinares de representação social*, Goiânia, AB, pp. 27-38.
- ABRIC J., 1994, «Méthodologie de recueil des representations sociales», in J. Abric (org.), *Pratiques sociales et representations*, Paris, Presses Universitaires de France, pp. 73-102.
- ALVES-MAZZOTI A. J., 2008, «Representação do trabalho do professor das séries iniciais: a produção do sentido de “dedicação”», *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, n.º 89, pp. 522-534.
- ALVES-MAZZOTI A. J., 2000, «Representações sociais: Desenvolvimentos actuais e aplicações à educação», in V. C. (org.), *Linguagens, espaços e tempo no ensinar e aprender*. Rio de Janeiro, DP & A, pp. 57-73.
- ATKINSON R. L., ATKINSON R. C. e SMITH E. E., 2002 (13.ª edição), *Introdução à psicologia de Hilgard*. Porto Alegre, Artmed.
- BARDIN J., 2011, *Análise de conteúdo*. Tradução de Luís António Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa, Edições 70.
- BARROS M., 2014, *Representações sociais do consumo de álcool e drogas em estudantes da universidade Jean Piaget: o casos dos alunos de Direito e Psicologia*, Monografia de Licenciatura. Praia, Universidade Jean Piaget.
- BASTIDE R., 1967, «Sociologie et Psychologie», in Georges Gurvitch (org.), *Traité de Sociologie*. Paris, Presses Universitaires de France, pp. 65-82.

- BAUMAN Z., 2004, *Amor líquido*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- BERRY J. W., POORTINGA Y. H., SEGALL M. H. e DANSEN P. R., 2002 (2.<sup>a</sup> edição), *Cross cultural psychology: Research and applications*. Cambridge, Cambridge University Press.
- BRISLIN R. L., 1973, *Cross-cultural research methods*. New York, John Wiley.
- BURITY J., 2006, «Cultura e identidade nas políticas de inclusão social», in A. A. Burity, *Inclusão social, identidade e diferença: Perspectivas pós-estruturalistas de análise social*. São Paulo, Annablume, pp. 39-66.
- BUSNARDO J., 2010, «Contextos pedagógicos e conceitos de cultural no ensino de línguas estrangeiras», in P. Santos e M. Alavarez (orgs.), *Língua e cultura no contexto português, língua estrangeira*. Campinas, SP, Ponte Editores, pp. 123-139.
- BUVINIĆ M., 2004, *Inclusão social e desenvolvimento económico na América Latina: Como aprofundar e estabilizar o financiamento bancário. Progresso económico e social na América Latina. Relatório 2005*, IDB.
- CAMPITROS P. e RIO M., 1998, *Crítério de perito: Método Delphi*. Havana, Instituto Superior José Varona.
- CASTEL R., 1997, «As armadilhas da exclusão», in L. Bógus, M. Yzbek e M. Belfiore-Wanderlet, *Desigualdade e a questão social*. São Paulo, EDUC, pp. 15-48.
- CLEMENCE A., DOISE W. e LORENZI-CIOLDI F., 1994, «Prises de position et principes organisateurs des organisations sociales», in C. Guimelli (coord.), *Structures et transformations des représentations sociales*. Neuchâtel, Delachaux et Niestlé, pp. 119-152.
- CUPATA J., 2014, *Representações sociais dos angolanos sobre os imigrantes cubanos: Caso do Sumbe*, dissertação de Mestrado. Lisboa, Universidade Aberta.
- DANTAS H., 1992, «Do ato motor ao ato mental: a génese da inteligência segundo Wallon», in L. Taille e V. D. Oliveira (orgs.), *Piaget, Vygotsky, Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão*. São Paulo, Summus, pp. 33-40.
- DEMO P., 2002 (2.<sup>a</sup> edição), *Charme da exclusão social*. Campinas, Autores Associados.
- DOISE W., 2001, *Droits de l'homme et forces des idées*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DOISE W., 1982, *L'explication en Psychologie Sociale*. Paris, Presses Universitaires de France.
- DOISE W., SPINI D. e CLÉMENTE A., 1998, «Human Rights studied social representations in a cross-national context», *European Journal of Social Psychology*, n.º 29, pp. 1-29.
- DURKHEIM E., 1980, *As regras do método sociológico*. Lisboa, Editorial Presença.
- FREITAS N., 2010, «Políticas públicas e inclusão: Análise e perspectivas educacionais», *Jornal de políticas educacionais*, n.º 7, pp. 25-34.
- FRIEDMANN J., 1996, *Empowerment. Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras, Celta.
- GIDDENS A., 2005 (4.<sup>a</sup> edição), *Sociologia*. Porto Alegre, Artmed.
- GOFFMAN E., 1988 (4.<sup>a</sup> edição), *Estigma: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro, Guanabara.
- GUARESCHI P., 1996, «Representações sociais: alguns comentários oportunos», in C. Nascimento-Schule (org.), *Novas contribuições para a teorização e pesquisa em representação social*. Florianópolis, Coletâneas de ANPEPP, pp. 9-30.
- HALL S., 2006 (11.<sup>a</sup> edição), *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.

- HALL S., 2003, «A questão multicultural», in *Da diáspora: Identidade e mediações culturais*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, pp. 51-100.
- HALL S., 1997, *Identidades culturais na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, DP&A.
- HANSEMARK O., 1998, «The effects of an entrepreneurship programme on need for achievement and locus of control of reinforcement», *International Journal of Entrepreneurship Behaviour and Research*, n.º 1, pp. 28-50.
- HENRY C., HILL F. e LLEITCH C. M., 2003, *Education and training for aspiring entrepreneurs: The issue of effectiveness*. Aldershot, Ashgate Publishing.
- HESPANHA P., RODRIGUES S. e SOUSA L., 2007, *Famílias pobres: Desafios à intervenção social*. Lisboa, Climepsi.
- HYTTI U., COTTON J. e GORMAN C., 2004, «What is enterprise education? An analysis of te objectives and methods of enterprise education programmes in four European countries», *Education+Training*, n.º 1, pp. 11-23.
- IESE — INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E ECONÓMICOS, 2009, *A intervenção do FSE na promoção da inclusão social de grupos desfavorecidos*. São Brás de Alportel, IESE/Quatenaire Portugal/IGFSE — Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu.
- IORIO C., 2002, «Algumas considerações sobre estratégias de empoderamento e de direitos», in J. Romando e M. Antunes (orgs.), *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*. Rio de Janeiro, ActionAid Brasil, pp. 21-44.
- JAMIESON I., 1998, «Schools and enterprise», in A. Watts e P. Moran (orgs.), *Education for enterprise*. CRAC, Ballinger, Cambridge, pp. 19-27.
- JOACHIM S., 2008, *Cultura e inclusão social: Ariano Suassuna, Paulo Coelho e outros fenômenos atuais*. Recife, Editora Universitária da UFPC.
- JODELET D., 2005, *Loucuras e representações sociais*. Petrópolis, Vozes.
- JODELET D., 2001, «Representações sociais: Um domínio em expansão», in Denise Jodelet (org.), *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Edição da Universidade de Estado do Rio de Janeiro, pp. 17-44.
- JODELET D., 1985, *Civils et bredins. Rapport à la folie et représentations sociales de la maladie mentale, thèse pour le doctorat d'État*. Paris, École de Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS).
- JOVCHELOVITCH S., 2004, «Psicologia social, saber, comunidade e cultura», *Psicologia & Sociedades*, n.º 2, pp. 20-31.
- JOVCHELOVITCH S., 2000, *Representações sociais e esfera pública: A construção simbólica dos espaços públicos no Brasil*. Petrópolis, Vozes.
- KOWARICK J., 2003, «Sobre a vulnerabilidade socioeconómica e civil: Estados Unidos, França e Brasil», *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, n.º 51, pp. 61-85.
- LACAU E., 2006, «Inclusão, exclusão e a construção de identidades», in A. AÉCIO Jr. e J. BURITY (orgs.), *Inclusão social, identidade e diferença: Perspectiva pós-estruturalista de análise social*. São Paulo, Annablume, pp. 21-38.
- LEYENS J. P. e DARDENE B., 1996, «Basic concepts and approaches in social cognitions», in W. e M. Hewstone (orgs.), *Introduction to Social psychology: An European perspective*. Oxford, Blackwell, pp. 109-134.

- LIKERT R., 1932, «A technique for the measurement of attitudes», *Archives of Psychology*, n.º 140, pp. 1-55.
- LUBEK I., 1981, «Histoire de psychologies sociales perdues: Le cas de Gabriel Tarde», *Revue Française de Sociologie*, vol. XXII, n.º 3, pp. 61-395.
- MOREIRA A. S. e OLIVEIRA D. C., 1998, *Estudos interdisciplinares de representação social*. Goiânia, AB.
- MOSCOVICI S., 2001, «Das representações colectivas à representação social. Elementos para uma história», in D. Jodelet, *As representações sociais*. Rio de Janeiro, Editora da Universidade de Estado do Rio de Janeiro.
- MOSCOVICI S., 1978, *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- MOSCOVICI S., 1961, *La psychanalyse, son image et son publique*. Paris, Presses Universitaires de France.
- MOSCOVICI S. e HEWSTONE M., 1984, «De la science au sense-commun», in S. Moscovici, *Psychologie Sociale* (org.), Paris, Presses Universitaires de France, pp. 539-566.
- NICOLESCU B., 1995, *Manifesto da transdisciplinaridade*. São Paulo: Triom.
- NUNES S., 2003, «Introdução para ampliar o cânone do reconhecimento da diferença e da igualdade», in Boaventura de Sousa Santos (org.), *Reconhecer para libertar: Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, pp. 25-68.
- OLIVEIRA F. e COSTA M. S., 1998, «Desemprego e ideologia: As explicações das causas do desemprego utilizadas por trabalhadores metalúrgicos», *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, n.º 1, pp. 1-13.
- PACHECO N., 1997, «Interculturalismo e formação de professores», in M. Santos e A. Carvalho (orgs.), *Interação cultural e aprendizagem*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 45-51.
- POTTER J. e LINTON I., 1985, «Some problems underlying the theory of social representations», *British Journal of Social Psychology*, n.º 24, pp. 81-90.
- QUIVY R. e CAMPENHOUDT L. V., 1988, *Manual de investigação em ciências sociais*. Tradução de João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes e Maria Carvalho. Lisboa, Gradiva.
- RIBEIRO G., 2007, «Chissano contra Machel e o colono: Representações sociais do Estado em Moçambique», *Cadernos de Estudos Africanos*, n.º 14, pp. 29-47.
- RIBEIRO G., 2000, *As representações sociais dos moçambicanos: Do passado colonial à democratização. Esboço de uma política cultural*. Lisboa, Instituto da Cooperação Portuguesa.
- RODRIGUES E., 1995, *Políticas sociais e Estado providência: O financiamento da segurança social*. Lisboa, Fundação Friedrich Erbet Stiftung.
- ROUQUETE M. L. e RATEAU P., 1998, *Introduction l'étude des représentations sociales*. Grenoble, Presses Universitaires de Grenoble
- SANTOS M. F. S. e ALMEIDA L. M., 2005, *Diálogos com a teoria da representação social*. Pernambuco, Editora Universitária UFPE.
- SHEPPARD D., 2006, *Social work and social exclusion: The idea of practice*. Aldershot, Ashgate.
- SILVA T., 2007 (7.ª edição), *Identidade e diferença: A perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis, Vozes.
- SOARES C., 2009, *A inclusão social e a mídia*. São Paulo, Cortez Editora.

- STAERKLÉ C. e SPINI D., 2004, «L'héritage éclectique de Willem Doise: une introduction à la Festschrift», *Nouvelle Revue Pshychologie Sociale*, n.º 2, pp. 16-21.
- TILDEN V. P., NELSON C. A. e MAY B. A., 1990, «Use of qualitative methods to enhance validity», *Nurs Res*, vol. 39, n.º 3, pp. 172-175.
- VALA J., 2000 (3.ª edição), «Representações sociais e a psicologia social do pensamento quotidiano», in J. Vala; J. Monteiro; M. B. (orgs.), *Psicologia Social*. Fundação Calouste Gulbenkian, pp. 569-602.
- VALA J., 1993 (7.ª edição), «Análise de conteúdo», in A. S. Silva e J. M. Pinto (orgs.), *Metodologia das Ciências Sociais*. Porto, Edições Afrontamento, pp. 101-128.
- VALA J., BRITO R. e LOPES D., 1999, *Expressões dos racismos em Portugal*. Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais.
- WALZER M., 1999, *Da tolerância*. São Paulo, Martins Fontes.
- WELSCH W., 1999, «Transculturality, the puzzling form of cultures today», in M. Featherstone e S. Lash (eds.), *Spaces of culture: City, nation world*. London, Sage, pp. 194-213.
- WENGER E., 1988, *Communities of practice: Learning, meaning and identity*. New York, Cambridge University Press.
- WILSON W., 1987, *The truly disadvantaged: The inner city, the underclass and public policy*. Chicago, University of Chicago Press.
- WIXEY S.; JONES P.; LUCAS K. e ALDRIDGE M., 2005, *Measuring accessibility as experienced by different socially disadvantaged group, funded by the EPSRC FIT Programme*. Transport Studies Group, Westminster University.
- WYND C. A.; SCHMIDT B. e SCHAEFER M. A., 2003, «Two quantitative approaches for estimating content validity», *West Nurse RES*, n.º 5, pp. 508-518.

## RESUMOS

O presente trabalho visa conhecer as representações sociais dos jovens angolanos da cidade de Luanda sobre a inclusão social (noção, avaliação dos programas, informação e o papel dos *media*). O mesmo teve como referencial teórico a *teoria das representações sociais*, conforme a abordagem de Moscovici e Jodelet. Utilizou-se neste estudo a abordagem qualitativa. Participaram no estudo 6 sujeitos (3 beneficiaram dos programas de inclusão social e 3 não beneficiaram de nenhum programa) com a média de idade de 29,50 (desvio-padrão = 5,20). Foi aplicada aos participantes uma entrevista semi-estruturada, cujos dados foram submetidos à análise de conteúdo (através do Software Nvivo 10). A média da idade dos participantes foi de 28,5 anos, com um desvio-padrão de 5,20. A análise dos resultados mostra que as representações sociais dos jovens angolanos de Luanda, quanto à inclusão social, não são uniformes. As mesmas apresentaram-se como um processo complexo que compromete os próprios jovens, releva aspectos sociais como a desigualdade social e pressupõe a existência de programas e de informação para os jovens sobre os programas em curso. Concluiu-se que os participantes que não beneficiaram dos programas são os que mais referências tiveram (144) em comparação com os que não beneficiaram (40). A par disso, também foram os mais críticos relativamente às políticas e práticas de inclusão social do país.

São várias as implicações que este estudo aporta quer para a *teoria das representações sociais*, quer para a concepção das políticas públicas, e para a execução dos projectos.

The aim of this study was to know the social representations about social inclusion of the young Angolans of the city of Luanda (notion, evaluation of programmes, role of the media and information). It was used the theory of Social Representations according to the approach of Moscovici and Jodelet. This was a study with a qualitative approach. Participants were six subjects (3 benefited social inclusion programmes and 3 did not benefit). They have a mean age of 29,50 years with a standard deviation of 5,20. It was applied to the participants a semi-structured interview and data were subjected to content analysis technique (Software Nvivo 10). The findings show that the social representation of young about social inclusion is not uniform. It was also observed that the social representations is a complex process that involves young people themselves, stresses social issues as social inequality and presupposes the existence of programs and information about ongoing projects. It was concluded that participants who did not benefit programs are the ones who had more referrals (144) compared with those who did not benefit (40) and also are the most critical about the policies and practices of social inclusion in the country. There are several implications of this study for a social representation theory, for the design of public policies and during the implementation of the projects.

## ÍNDICE

**Keywords:** social representation, social inclusion, social differences, poverty

**Palavras-chave:** representação social, inclusão social, desigualdades sociais, pobreza

## AUTOR

**ANÍBAL J. R. SIMÕES**

anisimoes@hotmail.com

Professor Associado do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN).

Doutorado em Psicologia no ano 2000 pela Universidade do Minho (Braga, Portugal), na área de conhecimento Psicologia da Educação, tendo apresentado a tese intitulada *Maturidade e aprendizagem: construção e validação de uma bateria de prontidão escolar*. Licenciado em Psicologia (1985) pelo Instituto Superior de Ciências da Educação (ISCED) do Lubango (Huíla); é Professor Associado do Departamento de Psicologia da Faculdade de Ciências Sociais (FCS) da Universidade Agostinho Neto (UAN). Na qualidade de investigador, participou, enquadrado no grupo de investigação de Portugal, no projecto de investigação internacional «Cross-cultural validation project of a recent personality questionnaire, the Zuckerman-Kuhlman-Aluja Questionnaire (ZKA-PQ) sob a égide das Universidades de Lleida (Reino da Espanha) e Delaware (Estados Unidos da América), que visou o estudo da personalidade do homem adulto a nível mundial. No âmbito das pós-graduações (mestrados) tem participado nos cursos de Teoria e Desenvolvimento Curricular, no ISCED do Lubango e no Curso de Psicologia Social, na FCS-UAN. Publicou os materiais seguintes: «Alguns aspectos precursores da Psicologia em Angola», in R. S. L. Guzzo, L. S. Almeida e S. M. Wechsler, *Psicologia da Educação*, São Paulo, Editora Átomo, 1996, pp. 29-38; «Prontidão escolar: Definição e avaliação», in L. S. Almeida e I. S. Ribeiro (orgs.), *Avaliação psicológica: Formas e contextos*. Braga, Associação dos Psicólogos Portugueses, 1995, pp. 105-108. Para além da docência e investigação, é escritor e membro da União dos Escritores Angolanos (UEA). Tendo como pseudónimo Cikakata Mbalundu, publicou as seguintes obras literárias: *Cipembúwa* (Menção honrosa do Prémio Sonangol de Literatura, de 1986); *O feitiço da rama de abóbora* (Prémio Sonangol de Literatura, de 1991), *Entre a morte e a luz* (2002), e, mais



recentemente, *A chave da insatisfação* (2013). Faz parte dos 11 clássicos da literatura angolana de 2015, com a obra *O feitiço da rama de abóbora*.